PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CMRI)

7º RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA CMRI

2024

Em atendimento ao art. 6º, X do Decreto Municipal 20.129/2018.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 3

2. HISTÓRICO 4

3. FINALIDADES DA CMRI 5

4. COMPOSIÇÃO DA CMRI 6

5. REUNIÕES REALIZADAS PELA CMRI EM 2024 7

6. RECURSOS ANALISADOS PELA CMRI EM 2024 8

7. ESTATÍSTICAS DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO EM 2024 14

8. PERFIL DOS SOLICITANTES E-SIC 2024 17

9. CONCLUSÃO 18

1. INTRODUÇÃO

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações da Administração Municipal (CMRI), vinculada a Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria (SMTC), ora instituída pela Portaria nº 042, de 31/01/2018 (processo nº 17.0.000102168-0), com o intuito de atender o dispositivo legal previsto no art. 19, parágrafo 2º, do decreto nº 19.990/2018 apresenta o relatório gerencial publicado em seu sítio eletrônico (https://transparencia.portoalegre.rs.gov.br/servico-informacoes-ao-cidadao-sic), onde constam as principais ações desenvolvidas pela CMRI no ano de 2024.

Tal Relatório visa demonstrar de forma transparente os principais trabalhos e realizações ora executados ou em execução, com o intuito de contribuir com a missão deste órgão, o qual se subordina, e a fim de dar ciência aos cidadãos dos atos ora praticados por esta Comissão.

2. HISTÓRICO

O Decreto nº 18.302, de 23 de maio de 2013, regulamentou a política de acesso às informações públicas no âmbito do Município. Neste mesmo decreto se previu a necessidade de criação de uma Comissão da Transparência, no qual a mesma não foi constituída formalmente ao longo dos anos. O portal de transparência e outras ações de transparência estavam até então previstas na competência da atual Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (antes denominada Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento). No entanto, com o advento da criação da Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria, conforme Lei Complementar nº 810/2017, alterada pela LC nº 817/2017, estas ações passaram a pertencer à mesma. Neste caso, ocorreram alinhamentos para que fosse constituída formalmente a Comissão de Transparência, que passou a se denominar Comissão Mista de Reavaliação de Informações da Administração Pública (CMRI), com o advento do Decreto 19.990, de 23 de maio de 2018. Tal Decreto revogou, também, o Decreto 18.302/2013.

Oportuno destacar que a CMRI foi formalizada desde fevereiro de 2018, visando ter a representação de vários órgãos estratégicos nesta Comissão, para tratar de diversos assuntos ligados a transparência ativa e passiva, prevista na Lei Federal nº 12.527/2011.

3. FINALIDADES DA CMRI

O art. 25 do Decreto 19.990 de 2018 instituiu então a Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI) e definiu as suas competências, conforme listadas abaixo:

I – requisitar da autoridade que classificar informação como ultrassecreta, secreta e reservada esclarecimento ou conteúdo, parcial ou integral da informação;

II – rever a classificação de informações ultrassecretas, secretas, ou reservadas de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada;

III – avaliar recurso do interessado que, após o reexame pela autoridade máxima do órgão ou entidade que negou preliminarmente o acesso à informação, não obteve êxito em sua solicitação, sendo mantida a decisão impugnada, na forma do § 1º do art. 24 deste Decreto;

IV – prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, 1 (uma) única vez e desde que comprovada à necessidade de permanência do sigilo;

V – subsidiar as decisões dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal relativa ao atendimento das demandas oriundas da aplicação do disposto neste Decreto;

VI – deliberar acerca de casos omissos não previstos na Lei Federal nº 12.527, de 2011;

VII – propor e realizar estudos, cursos, seminários ou conferências em parceria com outras áreas, órgãos ou entidades, visando fomentar e fortalecer a cultura da transparência e de acesso à informação dentro do município.

4. COMPOSIÇÃO DA CMRI

A CMRI é composta por representantes, titular e suplente, dos órgãos abaixo relacionados:

- Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria (SMTC);
- Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio (SMAP), pela Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas (DGPES); e pela Coordenação de Gestão Documental (CGD);
- Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política (SMGOV);
- Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (PROCEMPA);
- Gabinete do Prefeito (GP);
- Procuradoria-Geral do Município (PGM).

5. REUNIÕES REALIZADAS PELA CMRI EM 2024

No ano de 2024 foram realizadas 11 (onze) reuniões ordinárias da CMRI, sempre terça-feira às 14H, conforme quadro abaixo.

70ª Reunião – 30/01/2024
71ª Reunião – 27/02/2024
72ª Reunião – 06/03/2024
73ª Reunião – 26/03/2024
74ª Reunião – 25/06/2024
75ª Reunião – 30/07/2024
76ª Reunião – 27/08/2024
77ª Reunião – 01/10/2024
78ª Reunião – 29/10/2024
79ª Reunião – 26/11/2024
80ª Reunião – 17/12/2024

*Reuniões Extraordinárias: 72ª Reunião – 06/03/2024

As reuniões foram realizadas por videoconferência, através do Jitse Meet. As atas e lista de membros presentes às reuniões podem ser consultadas no sítio eletrônico desta Comissão [2].

[1] Disponível em https://transparencia.portoalegre.rs.gov.br/sites/default/fi les/usu_doc/sobre-portal/Servi%C3%A7o%20de%20Informa%C3%A7%C3%B5es%20ao%20Cidad%C3%A3o%20-%20SIC/cmri_portaria01-2020.pdf

[2] Disponível em https://transparencia.portoalegre.rs.gov.br/servico-informacoes-ao-cidadao-sic

6. RECURSOS ANALISADOS PELA CMRI EM 2023

No ano de 2024, foram analisados pela Comissão um total de 26 (vinte e seis) recursos, os quais são apresentados a seguir, no formato do "Relatório de Recursos analisados pela CMRI", no 1º e 2º Semestres de 2024 (Em atendimento ao disposto no art. 33, do Decreto Municipal nº19.990/2018.)

Tabela 1: Recursos Analisados da Lei de Acesso à Informação – 2024

Nº da Decisão	Órgão Requerido	Reunião em que foi analisado	Breve descrição do conteúdo do Recurso	Decisão
100/2024	**SMSEG**	27/02/2024	No pedido, o(a) requerente solicita acesso aos boletins de tráfego, no período entre março e setembro de 2023, onde conste, especificamente, o registro, como motoristas, de três servidores nominados pelo(a) requerente no e-SIC.	**Recurso Deferid**
102/2024	**SMS**	27/02/2024	O requerente solicitou, com fundamento na lei de acesso á informação, 12527/2011, a ata de reunião em que teria participado, de forma online, na data de 20/01/2022. Discorreu sobre os participantes da reunião e citou a servidora encarregada, supostamente, de enviar a ata da reunião aos participantes por e-mail, relatando que não recebeu a referida ata pelo e-mail funcional.	**Recurso Indeferido**
103/2024	**Previmpa**	26/03/2024	O requerente solicitou informações sobre empréstimos consignados firmados por servidores municipais . A título de exemplo, solicitou informações sobre desconto médio, valores percentuais e prazos médios.	**Recurso Restou prejudicado**
104/2024	**SMGOV**	27/02/2024	Trata-se de pedido de obter *"os dados/relatório gerados pela empresa "Geoprospec Geolofia e Projetos Ambientais LTDA" em trabalho de monitoramento no Bairro Humaitá, conforme contratação pelo DMLU registrada no processo SEI nº 19.0.000067643-0".* A	**Recurso Restou prejudicado**

			solicitação foi apresentada, inicialmente, em 12/12/2023	
105/2024	**SMAMUS**	27/02/2024	Trata-se de solicitação de informações dirigida à SMAMUS referente ao Decreto nº 20.655/2020, revogado pelo Decreto nº 22.069/2023, o qual dispõe sobre o licenciamento urbanístico e ambiental de projetos prioritários para a retomada econômica no Município, em razão da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) e cria o Comitê Especial de Monitoramento de Projetos Prioritários (CEMPP).	**Recurso Indeferido**
106/2024	**SMAP**	26/03/2024	O requerente solicitou, com fundamento na Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011, documentos relativos a contrato firmado com pessoa jurídica de direito privado, a saber: *"a) O andamento da resposta aviso de intenção de rescisão contratual e devolução dos produtos;* *b) O andamento da resposta sobre o pagamento de juros e correção monetária solicitados;* *c) Envio de cópia do processo administrativo de pagamento a fi m de se ingressar com ação judicial competente;* *d) A localização e número de patrimônio (caso haja) dos objetos entregues."*	**Recurso Deferid**
107/2024	**SMS**	30/07/2024	O(A) Requerente, inicialmente, solicitou "[…] *análises financeiras, assim como as prestações de contas do período de janeiro de 2020 a julho de 2023 relativas aos Termos de Colaboração com a Associação Hospitalar Vila Nova"*.	**Recurso Deferid**
108/2024	**SMS**	25/06/2024	O requerente solicitou, no requerimento 00930-24-79, com fundamento na Lei de Acesso à Informação, 12527/2011, informações referentes à lotação de	**Recurso Deferid**

			servidores após processos internos de mudança de lotação realizados pelo órgão requerido, *in verbis:* *"As qualificações (nome completo, Nº de matrícula na PMPA e Nº do registro no conselho do órgão de classe, se profissional cuja profissão se enquadre nessa exigência, como por ex. Nº do COREN, CREMERS, CRPRS, etc) de TODOS os integrantes/participantes da banca avaliadora concernente ao processo seletivo interno denominado "Cadastro de Intenções 2 / 2022 - Processo Seletivo DAPS", que foi realizado pela EAP / DAPS (SMS) em Julho de 2022, quer sua participação tenha sido direta ou indiretamente integrante daquela banca de seleção."*	
109/2024	**SMSEG**	26/03/2024	Em seu pedido, o requerente solicita acesso a cópias de boletins de tráfego ou documento similar, do período de entre março e setembro de 2023, onde conste especificamente que quatro servidores nominados pelo mesmo no e-SIC atuaram como motoristas.	**Recurso Deferid**
110/2024	**SMSEG**	26/03/2024	O requerente solicitou informações sobre o controle das atividades da Guarda Municipal. Elencou alguns tópicos a serem respondidos.	**Recurso Deferid**
111/2024	**DMAE**	29/10/2024	O requerente solicitou, com fundamento na Lei de Acesso à Informação 12527/2011, a relação mês-a-mês, desde 2018, dos bairros que registraram desabastecimento de água em Porto Alegre - independentemente de ser total ou parcial. Além disso, requeriu também a quantidade de dias de cada mês em que cada bairro registrou o desabastecimento, além da discriminação dos dias de desabastecimentos programados e não	Recurso Deferid

			programados.	
112/2024	**SMS**	25/06/2024	O requerente solicitou, no requerimento 00930-24-79, com fundamento na Lei de Acesso à Informação, 12527/2011, informações referentes à lotação de servidores após processos internos de mudança de lotação realizados pelo órgão requerido, *in verbis:* *"As qualificações (nome completo, Nº de matrícula na PMPA e Nº do registro no conselho do órgão de classe, se profissional cuja profissão se enquadre nessa exigência, como por ex. Nº do COREN, CREMERS, CRPRS, etc) de TODOS os integrantes/participantes da banca avaliadora concernente ao processo seletivo interno denominado "Cadastro de Intenções 2 / 2022 - Processo Seletivo DAPS", que foi realizado pela EAP / DAPS (SMS) em Julho de 2022, quer sua participação tenha sido direta ou indiretamente integrante daquela banca de seleção."*	**Recurso Indeferido**
113/2024	**SMAMUS**	25/06/2024	O requerente solicita informações referentes ao licenciamento do projeto da edificação localizada na Av. Duque de Caxias, centro da capital, ao lado do Museu Júlio de Castilhos, subdivididas em cinco questionamentos específicos, conforme consta no e-SIC.	**Recurso Deferid**
114/2024	**SMAP**	30/07/2024	O requerente solicita informações referente ao pedido de reintegração de posse do imóvel em que se encontra a ocupação Mirabal. Nessse contexto solicitou que as informações fossem respondidas separadamente com a indicação do número a que se refere: "1. Por que motivos a Prefeitura requisitou a reintegração de posse do imóvel?	**Recurso Indeferido**

			2. Existe processo administrativo sobre o tema na prefeitura? Caso sim: 2.1. Favor fornecer o número do processo. 2.2. Solicito o fornecimento do seu inteiro teor digitalizado. 3. Qual o número do processo judicial onde está sendo discutida a questão?"	
115/2024	**SMAMUS**	26/11/2024	O requerente solicitou informação referente a todas as notificações e/ou autos de infração por propaganda irregular externa/em rua que foram realizadas sobre cartazes, placas e/ou adesivos colados em fachadas, postes, paradas de ônibus, etc. Com fulcro no art.18, XX, e art.39, II, do Código de Posturas de Porto Alegre, Lei Complementar n°12/1975. Solicitou ainda, as informações relativas à data, local, pessoa física/pessoa jurídica, número da notificação, fotos, se foi fiscalização ativa ou através de 156, e resolução (ões) do (s) caso (s).	**Recurso Indeferido**
116/2024	**SMAMUS**	25/06/2024	O(A) Requerente, inicialmente, solicitou resposta da Prefeitura de Porto Alegre acerca de um pedido para "[…] *garantir a acessibilidade na praça Inácio Antônio da Silva"* (doc. 28078617). Pediu esclarecimentos sobre a implementação da acessibilidade no mencionado local.	**Recurso Indeferido**
117/2024	**DMAE**	30/07/2024	O requerente solicita acesso às informações referentes à locação de geradores e transformadores de energia elétrica pelo DMAE.	**Recurso Indeferido**
118/2024	**SMF**	30/07/2024	O requerente solicitou, com fundamento na Lei de Acesso à Informação 12.527/2011, o preenchimento de um formulário eletrônico sobre a avaliação do desempenho da participação do município no	**Recurso Indeferido**

			consórcio CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública.	
119/2024	**DMLU**	30/07/2024	O requerente solicitou, com fundamento na Lei de Acesso à Informação, 12527/2011, um rol de vinte e quatro questionamentos para o Departamento Municipal de Limpeza Urbana requerendo informações sobre pormenores da tarefa de coleta de lixo no Endereço Avenida Altos de Santa Rita, entre os números 800 a 2.000.	**Recurso Indeferido**
120/2024	**SMTC**	30/07/2024	Trata-se de solicitação de acesso ao processo SEI nº 24.0.000042539-3, da Corregedoria Geral do Município de Porto Alegre – CGMUNI para ingresso de ação judicial, conforme consta do requerimento anexo ao pedido.	**Recurso Indeferido**
121/2024	**SMDS**	01/10/2024	O requerente solicita acesso às informações referentes ao Fundo Municipal de Incentivo à Reciclagem e à Inserção Produtiva de Catadores(FMRIC), criado pela Lei Complementar n.º 807, de 28 de dezembro de 2016, que foi regulamentada pelo Decreto n.º 19.631, de 29 de dezembro de 2016,quais sejam : "*a) saldo financeiro atualizado;* *b) histórico das receitas auferidas pelo fundo desde a sua criação, com a descrição detalhada da origem do recurso;* *c) histórico da destinação do recurso desde a sua criação, com a descrição detalhada do objeto da aplicação, considerando, ao menos, dados orçamentários, contábeis e credores;* *d) nome do gestor do fundo e dos conselheiros que compõem o conselho gestor do fundo;*	**Recurso Deferid**

			e) o resumo e o parecer, homologado ou não, sobre a prestação de contas; *f) o plano de aplicação de recursos e o conjunto de projetos que estejam em vias de ser executados;* *g) qual é a composição atual da Equipe Fundo Municipal de Incentivo à Reciclagem e Inserção Produtiva de Catadores (FMRIC),unidade de trabalho subordinada à Unidade de Administração dos Fundos da SMDS "*	
122/2024	**SMED**	17/12/2024	O requerente solicitou informação referente à LYDIANE SILVA DA SILVA, perguntando se a criança está matriculada em alguma escola da rede municipal (própria e conveniada/OSCs) de Educação Infantil.	**Recurso Indeferido**
123/2024	**EPTC**	01/10/2024	Trata-se de solicitação dirigida à EPTC de acesso ao processo SEI 17.16.000010498-4.	**Recurso Deferid**
124/2024	**SMSEG**	01/10/2024	Trata-se de pedido de acesso a todos os documentos referentes ao processo de autos n° 24.0.000007357-8 (doc. 29995893).	**Recurso Deferid**
125/2024	**GP**	01/10/2024	O requerente solicitou, com fundamento na Lei de Acesso à Informação, 12527/2011, a pareceres, memorandos, notas técnicas, íntegra do processo administrativo e demais documentos relacionados a planos da prefeitura para lidar com grandes enchentes.	**Recurso Indeferido**
126/2024	**GP**	01/10/2024	O requerente solicitou, com fundamento na Lei de Acesso à Informação, 12527/2011, acesso a pareceres, memorandos, notas técnicas, íntegra do processo administrativo e demais documentos relacionados a alertas de enchentes recebidos pela prefeitura em	**Recurso Indeferido**

			2024.	

O conteúdo integral das atas e recursos julgados por esta CMRI pode ser acessadono sítio eletrônico CMRI: https://transparencia.portoalegre.rs.gov.br/servico-informacoes-ao-cidadao-sic

7. ESTATÍSTICAS DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO EM 2024

7.1 Estatísticas de Solicitações

Neste capítulo serão apresentadas, resumidamente, as estatísticas da Lei de Acesso à Informação no Município de Porto Alegre no ano de 2022. Os pedidos de Lei de Acesso à Informação podem ser feitos de maneira eletrônica através do Sistema e-SIC, que pode ser acessado a partir do Portal de Transparência do Município[4], da Central do Cidadão[5] ou presencialmente, na Rua Siqueira Campos, 1300, 10º andar, sala 1055.

Quantidade total de solicitações da LAI recebidas em 2024:

Janeiro	154
Fevereiro	105
Março	114
Abril	159
Maio	95
Junho	85
Julho	118
Agosto	157
Setembro	164
Outubro	177
Novembro	128
Dezembro	83
TOTAL 2023	**1489**

Solicitações atendidas por Órgão até dezembro de 2024:

Órgão	Total de Solicitações	Respondidas no Prazo	Respondidas com atraso
SMF	162	148	14
EPTC	93	70	23
DMAE	111	65	46
SMPAE	5	4	1
SMS	113	82	31
SMED	99	66	33
SMDET	28	19	9
SMAMUS	143	80	63

SMTC	60	55	5
PGM	88	76	12
SMMU	9	6	3
SMSEG	17	9	8
PROCEMPA	2	2	0
CARRIS	0	0	0
PREVIMPA	27	26	1
SMGOV	5	1	4
SMC	21	7	14
SMSUrb	24	4	20
GP	41	16	25
SMDS	45	32	13
DEMHAB	18	8	10
DMLU	60	59	1
SMP	31	25	6
FASC	14	3	11
Defesa Civil	O	O	O
SMOI	23	21	2
SMAP	173	130	43
SMELJ	5	4	1
Gestão Central – SMTC *	72	63	9
TOTAIS 2022	**1489**	**1082**	**408**

Dados podem ser consultados em : https://sicpoa.procempa.com.br/sicpoaweb/#/dashboard

[4] Disponível em: https://sicpoa.procempa.com.br/sicpoaweb/#/
[5] Disponível em: https://prefeitura.poa.br/cidadao

* *Pedidos respondidos diretamente pela Gestão Central ou, em casos em que não se trata da Lei de Acesso à Informação (solicitação de serviços, ouvidoria, ou outra esfera governamental).*

Pedidos de Lei de Acesso em 2024 divididos por tema:

Tema	Total de Solicitações
Acessibilidade	24
Ações Preventivas e Desastre/Defesa Civil	24
Água	15
Ambiental	83
Animais	11
Assistência Social	13
Comércio	8
Concurso Público	34
Conselhos Municipais	4
COVID-19	3

Cultura	18
Educação	94
Esgoto	9
Esporte	2
Finanças	59
Folha de Pagamento	8
Habitação	65
Iluminação Pública	2
Infraestrutura Urbana	86
Lazer	2
Leis	8
Licitação	68
Lixo	18
Multas	7
Obras Públicas	37
Orçamento Participativo	3
Outro Tema	209
Parcerias Estratégicas	6
Parceria Público-Privada	16
Patrimônio Público	33
Pesquisa Acadêmica	16
Previdência do Servidor	12
Recicláveis	3
Saúde	88
Segurança	16
Servidores	75
Social	5
Tecnologia da Informação	6
Trânsito	33
Transparência	274
Transporte Coletivo	42
Turismo	0
Total 2023	**1539**

8.0 Perfil dos Solicitantes e-SIC 2023

Em atendimento ao que dispõe o art. 11 do Decreto 19.990/2018, as informações solicitadas para cadastro no sistema e-SIC são o nome do solicitante, CPF, e-mail, telefone para contato e município de residência. Considerando que no momento do cadastro do solicitante não são exigidas informações como idade, renda familiar, nível de ensino e endereço por questões de boas práticas conforme orientam CGU e TCE-RS em seus manuais *(não devem ser exigidas informações em excesso para que o cidadão tenha acesso a Solicitação de Lei de Acesso à Informação),* avaliações com a Escala Brasil Transparente 360º da CGU, que analisa itens da LAI, prezam por um acesso fácil e sem exigências de diversas informações ao cidadão para realizar sua solicitação.

9.0 CONCLUSÃO

Informamos que este é o quinto relatório de atividades, no qual esta CMRI poderá ter um acompanhamento e monitoramento mais efetivo das ações de melhoria e recomendações para os gestores municipais. É imprescindível contar com o apoio da alta administração e demais órgãos municipais competentes, buscando sugerir capacitações e demais orientações ao Município para que, na medida do possível, visando o aprimoramento no atendimento aos cidadãos, dando cada vez mais e melhor acesso conforme preconizados nos manuais de Transparência Pública da Controladoria-Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS).

De modo geral, entendemos também que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre vem cumprindo as obrigações legais e respondendo aos pedidos de informação solicitados por meio da Lei Federal 12.527/2011, com exceção de atrasos de alguns órgãos, devidamente apontados e orientados pela gestão central do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC). Nestes casos, os servidores foram novamente orientados quanto à necessidade do cumprimento dos prazos previstos na LAI e possibilidade de apontamento e responsabilização nos casos de seu descumprimento.

Alertamos, ainda, que as informações da CMRI estão disponíveis no sítio eletrônico desta Comissão (https://sicpoa.procempa.com.br/sicpoaweb/#/) e no site da Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria (https://prefeitura.poa.br/smtc).

AVISO: *Tendo em vista que o relatório anual de 2022 não foi disponibilizado pela comissão vigente naquele período, as informações para publicização do referido relatório foram analisadas pela atual gestão da Diretoria de Transparência Pública em 19/07/2023.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CMRI)